



O TEMPO DOS 'INUTENSÍLIOS': O LUGAR DAS HUMANIDADES NA CONTEMPORANEIDADE

ISABEL PIRES DE LIMA

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
PORTO 2015

Nascida em Braga (1952).

Professora Emérita da Universidade do Porto. Professora Catedrática Aposentada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a cujos quadros pertenceu entre 1973 e 2013.

Investigadora do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa (Unidade I&D da FCT). Professora convidada em Universidades europeias, africanas, americanas e asiáticas. Doutorada em Literatura Portuguesa com a tese *As Máscaras do Desengano – para uma leitura sociológica de 'Os Maias' de Eça de Queirós* (Lisboa, Caminho, 1987); especialista em Literatura Portuguesa Moderna e Contemporânea e em Estudos Queirosianos com dezenas de títulos publicados; trabalha ainda em Estudos Interartísticos e em Literaturas Comparadas em Língua Portuguesa. Promotora de colóquios e congressos nacionais e internacionais.

Coordenadora da equipa portuguesa no projeto *Lettres Européennes – Histoire de la Littérature Européenne* (Paris, Hachette, 1992), das equipas que organizaram e editaram o 1º Encontro Internacional de Queirosianos (*Eça e "Os Maias"*, Porto, Edições Asa, 1990), o Colóquio *Antero de Quental e o Destino de uma Geração* (Porto, Edições Asa, 1993), o Encontro "Neorealismo/Neorealismos" (*Vértice*, nº 75, Dezembro de 1996), o Colóquio Internacional *Eça de Queiroz – 150 anos do nascimento* (Câmara Municipal de Sintra, *Vária Escrita*, nº 4, 1997), o Encontro "Seara Nova" - *Razão/Democracia/Europa - Textos e Contextos* (Câmara Municipal de Matosinhos/Casa Museu Abel Salazar, 1998) e o Colóquio Internacional *Viagem do Século XX em José*

O TEMPO DOS 'INUTENSÍLIOS': O LUGAR DAS HUMANIDADES NA CONTEMPORANEIDADE

Isabel Pires de Lima

Ficha Técnica

Título: ***O tempo dos 'inutensílios': o lugar das humanidades na contemporaneidade***

Autor: ***Isabel Pires de Lima***

Edição: ***Faculdade de Letras da Universidade do Porto***

Ano de Edição: ***2015***

Coleção: ***Orações de Sapiência***

Execução Gráfica: ***Clássica – Artes Gráficas / Porto***

Tiragem: ***250 exemplares***

Depósito Legal: ***402743/15***

ISBN: ***978-989-8648-59-4***

Nota de abertura

Seguindo a tradição de publicar na coleção *Orações de Sapiência* as intervenções proferidas por ocasião da Abertura Solene do Ano Letivo, edita-se agora a lição com que a Professora Doutora Isabel Pires Lima, professora catedrática aposentada do Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos da FLUP, nos brindou no passado dia 8 de outubro de 2015.

A lição inaugural do ano escolar tem o sugestivo título *O Tempo dos “inutilidades”: o lugar das Humanidades na contemporaneidade* e como os leitores poderão perceber nas páginas que se seguem é um texto rico e estimulante que, acima de tudo, suscita a inquietação e nos impele a refletir sobre os campos do saber que integram a nossa Faculdade de Letras. Não é exagerado se dissermos que as Humanidades estão, nos dias de hoje, votadas a um desprestígio e a uma desvalorização que está bem patente no modo como a ciência é avaliada e financiada. Dizer isto também não é a manifestação de um sentimento de inferioridade, que por vezes é atribuído aos investigadores das ciências sociais e humanas. É, apenas, a constatação de uma atitude revelada por políticos, decisores e responsáveis por áreas da ciência e da investigação, que teimam em não ver utilidade nos nossos saberes e no nosso trabalho científico. A Professora Isabel Pires de Lima mostra bem o valor dessas “inutilidades” e a publicação deste texto ajudará, esperamos, a que a mensagem tenha eco, especialmente na Universidade do Porto, que é afinal a instituição que, em primeira instância, deve defender e valorizar as nossas ciências sociais e humanas.

Este texto vem enriquecer a coleção das *Orações de Sapiência* e, por esse motivo, a Faculdade de Letras tem o maior gosto em publicá-lo, agradecendo à autora pela disponibilidade que prontamente manifestou para proferir esta *oração de sapiência*.

Fernanda Ribeiro
Diretora da FLUP

O tempo dos ‘inutensílios’: O lugar das humanidades na contemporaneidade

Isabel Pires de Lima

O contemporâneo é o inatual
Roland Barthes

O poema é antes de tudo um inutilisílio
Manoel de Barros

Tenho às vezes saudades do futuro
Teixeira de Pascoaes

Nesta faculdade, na minha faculdade de sempre, na qual, como ainda era habitual na minha geração, fiz todo o meu percurso académico, desde estudante de Filologia Românica até Professora Catedrática, recebi e dei muitas lições, nas quais, quero acreditar, terei levado os meus estudantes a aproximarem-se do saber e a tornarem-se mais curiosos e inquietos face à vida e, sobretudo, usufruí da sapiência de alguns grandes mestres, mas nunca proferi uma lição de sapiência, como é tradicionalmente designada esta intervenção inaugural do ano letivo que a bondade da atual direção – à qual muito agradeço a confiança – me encarregou de fazer. Não será portanto agora, com um pé já fora da universidade e outro dentro, no nosso estimado Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, que irei ascender ao discurso da sapiência. O meu lugar de elocução será então, também, de certo modo inaugural, o que é bom sentir quando se passou há muito o meio século.

Enfim, seguramente, os que tiverem a paciência de vir ouvir-me não sairão daqui mais sábios. Pretendo apenas que saiam mais sensibilizados, muito particularmente aqueles que no público não lidam como nós, os das Letras, com 'inutensílios'.

Abro a presente intervenção com três breves epígrafes, uma do semiólogo e teórico da literatura francês Roland Barthes, que diz: *O contemporâneo é o inatual*; uma outra, do grande poeta brasileiro das coisas menores, Manoel de Barros, que defende que *O poema é antes de tudo um inutilensílio* e ainda uma terceira, do nosso Teixeira de Pascoaes, o seu célebre desabafo em verso: *Tenho às vezes saudades do futuro*.

Remetem elas para os campos semânticos do tempo e da utilidade, que se me afigura necessário visitar para tentar refletir o lugar das humanidades na contemporaneidade: uma contemporaneidade que insisto – se calhar com um otimismo que raia as fronteiras da ingenuidade – em querer que transporte uma idade nova, uma contemporaneidade que transporte futuro, que nos faça ter saudades do futuro e nos arranque à era utilitarista que nos esmaga num presente pretensamente definitivo.

Todos sofremos no nosso quotidiano social, profissional, familiar ou íntimo, a experiência da aceleração. E a nós, universitários, treinados para pensar, conceber, antecipar, isto é, para desenvolver experiências que exigem tempo e maturação, esmagam-nos cada vez mais com a constante e quase sempre absurda necessidade de tomar decisões científicas e pedagógicas contra o tempo. Ora mais ou menos conscientemente, por certo de modo mais consciente à medida que a idade vai avançando, todos vamos percecionando tal aceleração como responsável por muitos dos descasos das nossas vidas. Pessoalmente cada vez mais a sinto como uma das mais subtis, generalizadas e endógenas formas de violência a que somos sujeitos hoje.

No seu longo ensaio, de 2008, sobre a violência, o filósofo esloveno Slavoj Žižek abre o livro contando uma história cujo carácter paradoxal também se pode referir, na sua opinião, à violência.

Há uma velha história – conta ele – acerca de um trabalhador suspeito de roubar no trabalho: todas as tardes, quando sai da fábrica, os vigilantes inspecionam cuidadosamente o carro de mão que ele empurra, mas nunca encontram seja o que for. Até que um dia se descobre a trama: o que o trabalhador rouba são carros de mão! (Žižek:9)

Serve isto a Žižek para dizer que entre as diversas formas de violência que identifica, a mais poderosa e objetiva de todas é afinal invisível, porque nela se sustenta a normalidade.

Aproprio-me da história e do raciocínio dedutivo de Žižek para dizer que a aceleração se tornou tão intrínseca às nossas vidas, esteio da normalidade

do nosso cotidiano, que já ganhou a perigosa e paradoxal invisibilidade das coisas naturais, rotineiras, normais. Impôs-se a níveis tão sub-reptícios que induz comportamentos que nos impedem de nos oferecermos momentos de suspensão ou de os vivermos na constante culpa de não estarmos consentâneos com o ritmo do mundo. Vejamos: não estou calmamente alienada diante da “nothing box” televisiva, num processo que poderia ter o benefício de criar vazio; não, saltito, fragmentando a própria realidade virtual e cedendo à aceleração nos 500 canais ao meu dispor. Dito de outro modo, alieno a liberdade cedendo a um ritual compulsivo de liberdade condicionada perante a acelerada possibilidade de captar o que se passa ao mesmo tempo em 500 canais.

Desde a Antiguidade que pensadores, filósofos e artistas reclamam o lugar privilegiado da contemplação. A contemplação fertilizaria a ação, é claro, e seria o único lugar a partir do qual seria possível sentir a essência do mundo. Esse lugar da contemplação cedo foi reclamado também como o lugar da criação, o lugar da semente, da inovação, o lugar do amadurecimento do pensamento. Um lugar que implica desaceleração, subversão do tempo culturalmente determinado e entrega aos ritmos da natureza. Acho que é desse lugar que está a falar Rilke quando escreve:

Ser artista quer dizer: não calcular e não contar; amadurecer como a árvore que não pressiona a sua seiva e se mantém confiante nas tempestades da Primavera, sem medo de que o Verão venha em seguida. Ele chega sempre. Mas só chega para os pacientes, para os que ali estão, como se a eternidade estivesse perante eles, tão despreocupadamente tranquila e vasta. (Rilke: 82)

Hoje, esse “ali” a que Rilke alude é cada vez mais improvável, difícil de alcançar, até para aqueles que habitam círculos onde supostamente a contemplação seria obrigatória, condição *sine qua non* para a sua atividade criativa, como na universidade. Estou a referir-me a uma universidade entendida ainda como lugar de produção de saber e de pensamento crítico e não como escola profissional que quase exclusivamente – e isso é que é grave – responde a solicitações de mercado e de clientes.

Por oposição ao paradigma de Foucault da sociedade pós-iluminista do “dever”, uma sociedade disciplinar, formada por quartéis, manicômios, prisões, fábricas, enquanto sociedade proibicionista onde domina a negatividade, o “não-poder”, o filósofo de origem sul-coreana Byung-Chul Han acentua a dimensão produtiva da sociedade contemporânea, onde domina a positividade e o verbo “poder”. *Yes we can* é o símbolo de uma sociedade para a qual os limites deixaram de existir e por isso também os gurus e os livros de autoajuda propalam o incitamento – “Tu podes”.

Todavia, como nota aquele filósofo, a sociedade da produção e da positividade, a sociedade do “poder” não anula a sociedade do “dever” e o sujeito

contemporâneo da modernidade tardia passa sem consciência social do “dever”, para o “poder” e sem compreender que a sociedade do “poder” não anula o “dever”, pelo contrário, dá-lhe continuidade em novos moldes.

O imperativo de produzir, de conseguir, de terminar e começar imediatamente um novo processo de produção, conduz a um empolamento da responsabilidade e da iniciativa individuais fazendo do homem contemporâneo um ser hiperativo e híper-neurótico que facilmente cai na depressão quando conclui que, afinal, não é capaz de “poder”. Daí a constatação ironicamente contraditória, tão comumente formulada pelos seres cansados que a nossa sociedade produz, de que “nada é possível” numa sociedade cuja máxima é a de que “nada é impossível”.

E assim a aceleração própria da sociedade da positividade, para continuar a usar a expressão de Byung-Chul Han, conduz a formas de ação que geram, de fim a cabo passividade ou, se se preferir, formas passivas de ação, dado que não faculta qualquer atividade efetivamente livre. Cito:

O sujeito produtivo entrega-se à liberdade coerciva ou à livre coação em prol da maximização da produtividade. O excesso de trabalho e de produção conduz, a um nível mais elevado, à autoexploração. Esta é mais eficaz que a exploração por terceiros, uma vez que vem associada a um sentimento de liberdade. O ser explorado é simultaneamente o que explora – agente e vítima já não se distinguem entre si. Esta autorreferencialidade gera uma liberdade paradoxal que, em virtude das estruturas coercivas que lhe são intrínsecas, se converte em violência. As doenças psíquicas da sociedade da produção nada mais são do que manifestações patológicas desta liberdade paradoxal. (Han: 23)

Daí que, acrescento, nos sintamos seres controlados, medrosos, apáticos ou agressivos, numa sociedade onde a aceitação formal dos princípios da liberdade individual e do direito à diferença nunca foi tão grande.

Volto ao conceito de violência e da sua invisibilidade, agora porém articulado com o carácter imperativo da produtividade enquanto absolutização daquela aceleração e da positividade exaustiva acima referida. Aliás, esta última tem uma forte quota-parte de responsabilidade na incapacidade que temos, na sociedade atual, de lidar com qualquer outro tempo que não seja o presente.

Quando Daniel Innerarity, o popular pensador espanhol, alerta para a globalização como um regime espaço-temporal que substitui estruturas fixas por fluxos em contínuo movimento e a temporalidade pela simultaneidade de um presente hegemónica, os tais 500 canais em simultâneo, pretende apontar para a impossibilidade com que nos confrontamos de pensar o futuro, esmagados que estamos pela estagnação num presente vazio de história. Somos invadidos por uma “retórica da inovação” mas que não passa, nas suas palavras, de “trivialização do futuro quando não se insere num contexto social de sentido” (Innerarity: 12), como é o caso nas nossas sociedades (as sociedades da lógica

do *pos* – descritas por Baudrillard) nas quais a aceleração vai paradoxalmente a par de uma estagnação da história.

Já na viragem do século XIX para o XX, perante a experiência do tédio e do pessimismo em boa medida gerada pela desconfiança no paradigma científico-positivista que estivera na origem da aceleração industrial e da sociedade da mecanização, Teixeira de Pascoas dizia, no verso lembrado em epígrafe: *Tenho às vezes saudades do futuro*. Ele reivindicava algo próximo do que hoje reclamamos contra a violência do presente onnipotente e vazio e do contemporâneo entendido em termos de pura adesão. Mas enquanto Teixeira de Pascoas concebia o futuro como espaço de projeto ou de sonho, ele preferiria certamente esta última palavra, enquanto para ele o futuro era uma categoria reflexiva aberta à indeterminação, ao possível portanto, para nós, o futuro apresenta-se-nos como espaço pré-estabelecido, previsível, determinado, sub-repticiamente fechado, em suma.

Em nome de sustentabilidades várias, determinadas por cálculos colados ao presente e a um universo neoliberal no qual toda a interação se deve sujeitar ao modelo de compra e venda, – justificativas de sustentabilidade que quase nunca sustentam mudanças profundas – acaba-se por violentar aquela capacidade de sonhar, de futurar com liberdade, caindo-se, afinal, numa obsessão omitida de planificação do futuro aparentemente apresentado como reino da consecução da liberdade de iniciativa e da vontade individuais mas que aponta para um futuro desde já cheio de entulho.

As sociedades contemporâneas e do capitalismo global, que estamos a experimentar pela primeira vez na história, olham o futuro como coisa transparente, não admitindo a sua opacidade e, sob a capa da máxima liberdade individual e dos chavões do empreendedorismo, da competitividade, da produtividade, da qualidade, da eficiência e da criatividade quando ao serviço de tudo isto, coartam afinal o valor da liberdade, liberdade de recusar, pensar, sonhar, em suma, resistir. Os jovens de hoje, no reino da positividade em que lhes coube viver, a quem dizem “tu podes”, não podem nem imaginar quanto mais exercer a salutar e juvenil utopia de grafitar nas paredes da cidade “Queremos o impossível!”, como aconteceu em Maio de 68.

Ora, se os robots ainda não nos substituíram por inteiro é exatamente porque não conseguem lidar com o imprevisível, não conhecem a hesitação, não resistem, não sabem tirar partido do que se apresenta como inútil, capacidades humanas que importa reclamar contra as violências invisíveis do presente e do futuro. Há meses, lia uma entrevista a um jornal português dada pelo conhecido economista checo Tomáš Sedláček na qual recomendava ao capitalismo mais abertura ao imprevisível, no sentido de construirmos para a maioria, não vidas simplesmente úteis mas belas. Dizia ele: “se tudo acontecer da maneira

que esperamos, acontecerá da maneira que esperamos. Nunca podemos antecipar as mudanças importantes, apenas escrever o prólogo das tendências.” (Sedláček). Era isto que as sibilas sabiam dizer para aviso dos homens; ora os antecipadores de futuro que nos regem, chamem-se economistas, criadores de valores e seus agentes, comentadores e fazedores de opinião ou pobres diabos de políticos transformados em títeres de todos eles, pretendem convencer-nos que vão sibilamente além do prólogo.

Lembrei em epígrafe a afirmação de Roland Barthes para quem o contemporâneo é o inatual. O que Barthes está afinal a acentuar nesta asserção é a possibilidade humana de estabelecer uma relação singular com o presente, aderindo a ele mas, ao mesmo tempo, criando distâncias que permitam o desfazamento em relação a ele. Nesta aceção, aderir ao presente e resistir-lhe é ser contemporâneo.

Não será então premente este exercício da contemporaneidade como resistência? Antes de mais nada resistência à aceleração, ao movimento, àquela hiperatividade quase robotizada que não nos deixa exercer o humano e superior poder de dizer não. “Yes, we can”, podemos; podemos parar, interromper o movimento, a aceleração, resistir à positividade exponencial, fugir ao puro reagir para que nos empurra a sociedade da produção e questionar aquele regime spatiotemporal de fluxos contínuos a que aludia Innerarity; podemos criar intervalo.

Lembrem-se, os que podem, de quando assistíamos a um filme ou a qualquer outro espetáculo e havia pelo menos um intervalo. Esse intervalo, que hoje, quando existe, não nos deixa livres de um bombardeamento publicitário, servia para respirar, recentramo-nos, criar espaço crítico, servia para nos preparar para a contemplação.

Em 2009, a poeta Ana Luísa Amaral, então professora desta casa, deu a um livro seu o título, *Se Fosse um Intervalo?*, significativa metáfora do intervalo como lugar da suspensão propiciador da contemplação, que a criação e a recriação do mundo reclamam. Para a poeta, é esse o lugar que permite “Que se comece a história em nova voz de gente” (Amaral, 2010: 608), o qual faculta a abertura para uma outra escala de tempo, onde, diz um outro verso seu do livro intitulado *Escuro*: “os tempos coabitam / E o mesmo corredor dá-lhes espaço / e lume” (Amaral, 2014: 15).

No ensaio acima referido, Zizek termina propondo o exercício de resistência de dar um passo atrás, de exercitar a abstenção. Aliás, o pensador chama à colação o romance de Saramago, *Ensaio Sobre a Lucidez*, que conta a história do pânico que se instala numa sociedade identificada como democrática perante a abstenção coletiva dos votantes, e lê o romance como metáfora de uma forma extremada de violência em resposta à violência invisível de que

falávamos. Conclui ele: “Por vezes, não fazer nada é a coisa mais violenta que temos a fazer” (Zizek: 188).

Contra esta espécie de solução apocalíptica sugerida por Zizek, a qual já se anunciava numa personagem como o escrivão Bartleby, de Melville, pese embora esta ser uma personagem confrontada ainda com a sociedade disciplinar da negatividade – o conto é publicado pela primeira vez em 1853 – bem diferente da sociedade tardo moderna em que vivemos, prefiro, contra a abstenção, bater-me pela retoma de espaços de contemplação, pela reivindicação de lugares de intervalo, espaços usualmente tidos como inúteis e que afinal talvez estejam a revelar-se intensamente úteis na sociedade cansada, deprimida e esvaziada em que nos movemos. Refiro-me àquele velho campo, tão velho como a própria cultura, da escrita de histórias e da sua interpretação, da ficção, quer ela se chame poesia ou narrativa nas suas múltiplas formas de concretização e da prática hermenêutica, a que filósofos e cientistas se entregaram desde a mais alta Antiguidade. Aquela prática que fez um George Orwell escrever, em 1949, uma distopia tão anunciadora do nosso tempo à qual chamou *1984*.

Há alguns meses ouvia num canal brasileiro uma entrevista dada pelo neurocientista português António Damásio, a quem perguntavam com quem tinha nascido a neurociência. Com Aristóteles, respondeu, isto é, com a filosofia, a atenção ao pensamento e à linguagem, a reflexão sobre a poética, a mais antiga arte humana de contar histórias. De resto Damásio defende que contar histórias foi a solução encontrada pela mente consciente para tornar compreensível e transmissível a regulação da vida dos indivíduos pertencentes a um grupo.

“A arte – diz ele no seu livro *E o Cérebro Criou o Homem* – pode ter começado como um expediente homeostático para o artista e os que desfrutassem da sua arte, e também como um meio de comunicação.” (Damásio: 359), designadamente como meio privilegiado de comunicar emoções e factos tidos por importantes para a vida individual e coletiva, envolvendo prazer quer na representação, quer no reconhecimento. E por essa via a arte de contar (e a arte em geral) vai adquirindo também uma vertente antecipatória identificada desde logo por Aristóteles na *Poética* quando atribui à poesia (que aqui vale por literatura e afinal por qualquer tipo de criação), quando lhe atribui a arte de significar o possível, isto é, de dizer não o que foi mas o que poderia ter sido.

Jonah Lehrer, um jovem neurocientista estadunidense, falou de forma muito comunicativa do modo como a arte antecipa inclusivamente a ciência, num livro encantatório intitulado, *Proust era um neurocientista*, no qual mostra como, através de caminhos peculiares, grandes artistas incluindo os da palavra, mas também da dança, da música, da culinária exprimiram nas suas criações o que nenhuma experiência fora capaz de ver antes. Isto é, a imaginação, incluindo a literária, afigura-se-lhe determinante para o avanço do conhecimento científico, porque

diz ele “somos feitos de arte e de ciência” (Lehrer: 14). Há dois anos atrás, nesta mesma circunstância elocutória e nesta mesma sala, Lídia Jorge perguntava-se com alguma ironia se não seria essa a razão, porventura não consciente, pela qual “Toda a pessoa culta procura epígrafes colhidas no saber inexato dos poetas para encimar os tratados do conhecimento exato.” (Jorge: 10).

De tudo isto decorre a imprescindibilidade da arte e da sua interpretação na interação social e na identificação ética dos valores mesmo que possa ser perfeccionada ou perfeccionar-se a si própria como o domínio do inútil. “Nasci para administrar o à-tôa,/ o em vão,/ o inútil.” (Barros, 1988b): 51), reconhece o grande poeta brasileiro Manoel de Barros, num livro com o maravilhoso título de *Livro sobre nada*. Mas o “inutensílio” (Barros, 1988a): 25) que diz ser o poema mostra-se, quero insistir nisso, da maior utilidade na educação e na formação incluindo universitária, porque induz treino interpretativo, competências de identificação ética, espírito crítico em suma. E também porque abre aquele corredor de lume a que se referia Ana Luísa Amaral.

O mesmo António Damásio não se tem poupado a alertar para a necessidade de atentarmos no ensino das artes e das ciências humanas, se queremos criar mais e melhor cidadania. A arte, onde obviamente se inclui a literatura, convoca formas de inteligência emocional para a relevância e o fomento da qual a neurociência tem vindo a chamar cada vez mais a atenção. Se queremos formar sujeitos harmoniosos e bons cidadãos, importa encontrar equilíbrios entre o incentivo ao desenvolvimento da inteligência cognitiva, que o ensino tradicional acolhe ao valorizar o conhecimento técnico-científico, e o incentivo à inteligência emocional, que as ciências humanas e as artes, entre as quais a literatura, fomentam.

De algum tempo a esta parte debate-se ou lamenta-se entre os professores de todos os setores aquilo a que já se chama o paradoxo do “deep learning”, isto é, a contradição que revela que crescimento no conhecimento nem sempre corresponde a aumento da capacidade de compreensão e saber. Muitos dos nossos alunos mostram ter dificuldades em integrar um novo conhecimento no mundo previamente conhecido, ou seja, manifestam dificuldades em articular novo e velho conhecimento no sentido de esboçar novos caminhos. Eu diria, têm défice de intervalos, de espaços reflexivos, défice de contemplação e de interpretação. O que de melhor poderemos oferecer-lhes – a eles e a todos nós afinal – do que histórias, histórias que a literatura e a arte nos facultam e nas quais as Humanidades ou as Ciências Humanas são especialistas?

Óscar Lopes, um dos grandes mestres desta Faculdade, atentíssimo ao ato de ler e interpretar – atenção manifesta desde cedo em títulos como *Ler e Depois* e *Modo de Ler* – sempre entendeu a leitura como uma aventura que não se sabe ao certo onde nos leva, um exercício aliciante de procura de sentido – o que

também os seus títulos *Os Sinais e os Sentidos* e *A Busca de Sentido* evidenciam. Na obra, *Uma Arte de Música e Outros Ensaios*, Óscar Lopes defendendo inequivocamente como o “inutensílio” do texto literário ou crítico se constitui como um exercício de resistência ao mundo dado, do senso e do linguajar comuns, como via de abertura a mundos alternativos, diz:

(...) o texto poético, fictivo, ou radicalmente meditativo, suspende o dispositivo quotidiano da comunicação: é uma evocação, ou *Gedankenexperiment*, de mundos possíveis, organizados a partir de fragmentos do mundo mais óbvio, e ligados a hipóteses de uma alternativa mais compreensível ou então mais desejável. Ler ou escrever um texto denso é ainda, por vezes, a procura de um rosto, ou de uma voz, tanto mais voláteis quanto mais importaria apreendê-los. (Lopes: 23)

Aquilo que gostaria de designar por regresso das Humanidades, regresso ainda tímido mas inevitável, e ainda mais inevitável na Europa que sair da crise, a não ser que opte por ser uma Europa de modelo asiático, como diz Žižek com ironia, decorre, esse presumível regresso, do facto de as humanidades atentarem nas questões dos valores que tanto mobilizam e dividem os cidadãos e terem um enorme potencial para enriquecerem e até disciplinarem esse debate. Não é à toa que a interpretação e o pensamento crítico, designadamente o criticismo filosófico e literário, têm evidenciado um retorno ético – e esta é também a grande oportunidade para as Humanidades no mundo que ainda está mergulhado na hipervalorização do que é dito exato, mas que não encontra instrumentos exatos para sair da crise.

Em França, Tzveten Todorov ou Antoine Compagnon, por exemplo, ao insistirem no regresso ético da literatura, – deixem-me agora puxar a brasa à minha sardinha – reposicionam-na como “um saber insubstituível, circunstanciado e não resumível, acerca da natureza humana, um saber das singularidades.” (Compagnon: 44) e no mundo anglo-saxónico, Peter Levine, repensando as Humanidades, nota como aquilo que designa por “ethical turn” na literatura e por “turn to narrative in ethics” convergem. E acrescenta:

These trends are desirable because valid moral reasoning depends upon the telling and interpretation of stories. In turn, stories are necessary because ethical reasoning is largely particularistic, not categorical. It is *about* particular people in particular situations, not *about* abstract concepts. (Levine: 130)

E não se confunda o retorno ético da literatura com qualquer velha ideia de literatura de tese. A literatura não formula teses, quando muito incita o leitor a ativar e livremente formulá-las, abandonando ideias feitas. Essa a razão pela qual Silvina Rodrigues Lopes defende que a introdução do ensino da literatura em cursos técnicos (a par com o ensino relativo a outras formas de arte), contribui para o desenvolvimento do conhecimento posto que, afirma a autora, “este

assenta na condição paradoxal de preparar a sua própria negação, a negação de ideias feitas, qualquer que seja o seu estatuto.” (Lopes: 132)

Complementarmente, Richard Rorty tem notado quanto o contributo da literatura para a compreensão do mundo não é, aliás, tanto da ordem da verdade ou do conhecimento mas da experiência do outro, isto é, a literatura contribuiria menos, segundo ele, para combater a nossa ignorância do que para combater a nossa ilusão de autossuficiência, o nosso egotismo. E por isso, Rorty distingue a literatura de outros tipos de discursos do conhecimento como o filosófico, o científico ou o político.

Aliás, o já citado Tzvetan Todorov, um dos vultos do formalismo que, nos anos 60/70, procurou estabelecer utensilagens teóricas precisas para proceder à análise estruturalista dos textos literários, corrobora a posição de Rorty numa espécie de *mea culpa* quanto à sua contribuição para a perda de poder da literatura no presente, para a sua reconhecida dimensão de inutilidade. Diz ele:

Ce que les romans nous donnent est, non un nouveau savoir, mais une nouvelle capacité de communication avec des êtres différents de nous; en ce sens, ils participent plus de la morale que de la science. L’horizon ultime de cette expérience n’est pas la vérité mais l’amour, forme suprême du rapport humain. (Todorov: 77)

O contacto com o universo literário e com os pontos de vista diversos que ele transporta, faculta um alargamento interior e a aquisição de novas capacidades de percepção do outro, gera consciência inclusiva. Consequentemente, a experiência da literatura abre-nos para o diálogo intercultural e para o domínio da compreensão da diversidade do humano, que a contemporaneidade precisa de fomentar com urgência.

O mundo carece de interpretação e de transformação, mas ao contrário do que pretendia Marx, a etapa da interpretação nunca termina, e em boa verdade a necessidade da sua transformação também não. Terminada a era das grandes narrativas utópicas, importa apenas ir definindo, numa prática de constante navegação à vista, as rotas que em cada momento e em cada situação mais convêm às mulheres e aos homens comuns. E uma tal definição será feita, é minha convicção, no já aludido lugar do intervalo, a partir da aguda atenção ao mundo, da sua contemplação, e do ativo exercício de interpretação, um lugar do intervalo que reclama novas formas de movimento. Provocatoriamente, Paul Lafargue, genro de Marx, reclamava o direito à preguiça, muito provavelmente uma outra forma de já nessa altura designar o intervalo. Aquelas rotas tanto podem ser ditadas pelo local, como pelo global, pela rua que urge asfaltar, como pelo serviço nacional de saúde que importa fomentar ou pela defesa da floresta amazónica, garante de um ambiente de qualidade no futuro.

Contemplar, contemplar, contemplar, interpretar, interpretar, interpretar, treinar, treinar e treinar o espírito crítico e talvez consigamos produzir movimento criativo, ação não reativa e talvez possamos ir transformando o mundo. Ora, aqui estará o lugar insubstituível das humanidades na contemporaneidade.

E, para terminar, não resisto a não citar um clássico, o meu clássico moderno de estimação. N' *Os Maias*, Eça de Queirós dá-nos a ver uma cena em que Carlos e Ega procuram entusiasmar o avô Afonso com os planos de trabalho que teriam em mãos. Entre eles conta-se a publicação de uma revista, que pretendem que venha a chamar-se Revista de Portugal, destinada a animar a modorra da vida intelectual lisboeta, uma revista de resistência, que venha a fazer civilização, como eles diziam. Ega tenta animar o velho Afonso a colaborar com sua longa experiência e largo saber, escrevendo algum artigo. Afonso, espécie de metáfora da pátria no romance, furta-se e justifica-se: O que ele teria a dizer ao seu país,

(...) reduzia-se pobrementemente a três conselhos em três frases – aos políticos: «menos liberalismo e mais carácter»; aos homens de letras: «menos eloquência e mais ideia»; aos cidadãos em geral: «menos progresso e mais moral». (Queirós: 566)

Adaptando, eu diria: aos políticos, menos palavreado neoliberal e mais treino do espírito crítico; aos homens de letras, menos adesão ao senso comum e mais interpretação; aos cidadãos em geral, menos obsessão utilitarista e consumista de progresso e mais contemplação, mais intervalo crítico.

Em síntese, mais espaço aos inutensílios, mais atenção ao que o ensaísta italiano Nuccio Ordine chamou “a utilidade do inútil”, mais lugar às Humanidades.

Bibliografia

- Agamben, Giorgio – *Nudités*, Paris, Ed. Payot & Rivages, 2012.
- Amaral, Ana Luísa – *Escuro*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2014.
- Amaral, Ana Luísa – *Inversos – Poesia 1990-2010*, Lisboa, Dom Quixote, 2010.
- Barros a), Manoel de – *Arranjos para assobio*, 2ª ed., Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Record, 1998.
- Barros b), Manoel de – *Livro sobre nada*, 7ª Ed., Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1998.
- Compagnon, Antoine – *Para que serve a literatura?*, Porto, Deriva Editores, 2010.
- Damásio, António R. – *E o Cérebro Criou o Homem*, S. Paulo, Companhia das Letras, 2011.
- Han, Byung-Chul – *A Sociedade do Cansaço*, Lisboa, Relógio d'Água, 2014.
- Innerarity, Daniel – *O Futuro e os seus Inimigos*, Alfragide, Teorema, 2009.
- Jorge, Lúcia – *Os mitos que nos visitam*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013.
- Lehrer, Jonah – *Proust era um Neurocientista*, Alfragide, Lua de Papel, 2007.
- Levine, Peter – “An Ethical Turn for the Humanities”, *Rethinking the Humanities – Paths and Challenges*, (Ed. Ricardo Gil Soeiro and Sofia Tavares), Cambridge Scholars Publishing, 2012.
- Lopes, Óscar – *Uma Arte de Música e outros ensaios*, Porto, Oficina Musical, 1986
- Lopes, Silvina Rodrigues – *Literatura, defesa do atrito*, Edições Vendaval, 2003.
- Ordine, Nuccio – *L'Utilité de l'Inutile*, Paris, Les Belles Lettres, 2013.
- Perloff, Marjorie – “Crisis in the Humanities”, *Rethinking the Humanities – Paths and Challenges*, (Ed. Ricardo Gil Soeiro and Sofia Tavares), Cambridge Scholars Publishing, 2012.
- Queirós, Eça de – *Os Maias*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d.
- Rilke, R.M. – *Cartas a um Jovem Poeta*, Porto, Asa Edições, 2002.
- Rorty, Richard – *Contingência, ironia e solidariedade*, Lisboa, Editorial Presença, 1994.
- Sedláček, Tomáš – <http://www.publico.pt/culturaipilon/noticia/nao-estamos-aqui-para-viver-vidas-uteis-mas-vidas-belas-1693240>
- Todorov, Tzevetan – *La littérature en péril*, Paris, Flammarion, 2007.
- Zizek, Slavoj – *Violência – Seis Notas à Margem*, Lisboa, Relógio d'Água, 2009.





Gomes Ferreira (Porto, Campo da Letras – FLUP, 2002).
Na área dos Estudos Queirosianos publicou *Os Maias cem anos depois* (Porto, Árvore, 1989), *Retratos de Eça de Queirós* (Porto, Campo das Letras / Fundação Eça de Queiroz, 2000), editou e prefaciou *A emigração como força civilizadora* (Lisboa, Dom Quixote, 2000), *O Crime do Padre Amaro* com ilustrações de Paula Rego (Porto, Campo das Letras, 2001) e *Visualidades – A Paleta de Eça de Queirós* (Porto, Árvore–Casino da Póvoa, 2008). Integra o coletivo que produziu o *Dicionário de Eça de Queiroz*, coordenado por Campos Matos (Lisboa, Caminho, 1988; 2ª ed., 1994; *Suplemento*, 2000; INCM, 3ª ed., 2015).

No âmbito da Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura, foi comissária do ciclo de 13 colóquios *Vozes e Olhares no Feminino* (Porto 2001/ Afrontamento, 2001). Editou *Trajectos – o Porto na Memória Naturalista* (Lisboa, Guimarães, 1989). Comissária Científica do Instituto Camões para o “Encontro de Literaturas Ibero-Americanas” (VIII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo – Porto, 1998) e para a ação “Eça de Queirós entre milénios: Pontos de olhar” de comemoração do centenário de Eça de Queirós no estrangeiro com colóquios em Havana, Paris, Rio de Janeiro, S. Paulo, Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte, Brasília, Bristol, Montevideu, Buenos Aires, Santiago do Chile (2000-1).
Deputada à Assembleia da República Portuguesa (1999-2005/2008-2009).
Ministra da Cultura de Portugal do XVIIº Governo Constitucional (2005-2008).
Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

